

Território e Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul

Antônio Jacó BRAND,¹
Rosa Sebastiana COLMAN,²
Eranir Martins SIQUEIRA³

Para compreender a relação entre território e sustentabilidade das populações indígenas, em especial dos Kaiowá e Guarani, localizados na região sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul, é importante ter presente que essas populações construíram conceitos distintos de natureza e, por consequência, da relação entre natureza e os homens. Além da profunda interdependência entre o mundo da natureza, dos vegetais e dos animais, e o mundo dos humanos, entendem a natureza como algo vivo com quem se interage e se estabelece uma comunicação constante, apoiada numa visão cosmológica integradora. Não se trata, portanto, sob a ótica dessas populações, de dominar a natureza, mas entender sua linguagem e compreendê-la, na certeza de que a sobrevivência do homem dependerá muito mais dessa sua capacidade de compreensão e respeito frente a mesma do que de dominá-la ou de transformá-la.

Entendem essas populações haver *“interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social”*.⁴ E, nesse sentido, para compreender a relação entre a diversidade que caracteriza o mundo da natureza e o mundo da cultura, entendido aqui como o *“mundo dos homens”*, é fundamental superar a concepção dualista e hierarquizada que sustenta a visão ocidental e cristã de mundo. Para Descola⁵, os conceitos que vêm da tradição grega sempre incitam a ver na natureza uma *“realidad exterior al hombre que éste ordena, transforma y transfigura”*. Para os povos indígenas, a natureza, incluindo os animais e as plantas, o mundo sobrenatural e as sociedades humanas, interagem e se intercomunicam constantemente. Para os Kaiowá todas as etapas que marcam o plantio e a colheita do milho vêm acompanhadas por um igual ciclo de rituais e rezas, destacando-se a cerimônia do batismo do milho (*avatikyry*), ou festa da *Chicha*, que expressa bem a interdependência entre organização econômica, social e religiosa. O ciclo econômico e o ciclo dos rituais religiosos se articulam.

Os Kaiowá e Guarani ocupavam um amplo território ao sul do Estado de Mato Grosso do Sul, situado entre o rio Apa, Serra de Maracaju, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, Iguatemi e a fronteira com o Paraguai. Agrupavam-se, nesse imenso território, especialmente em áreas de mata, ao longo dos córregos e rios, em pequenos núcleos populacionais, integrados por uma, duas ou mais famílias extensas, que mantinham entre si inúmeras relações de casamento, tendo à frente os chefes de família mais velhos, denominados de *tekoharuvicha* (chefes de aldeia) ou *ñanderu* (nosso pai)⁶.

O Serviço de Proteção aos Índios, SPI, iniciou suas atividades junto aos Kaiowá e Guarani, na região da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, em 1915, quando é demarcada a 1ª Reserva Indígena Kaiowá, o Posto Indígena de Amambai, com 3.600 hectares. Sofreu logo, também, a primeira redução, restando um total de 2450 hectares. Dois anos depois, em 1917, reservou uma segunda área de 3.600 hectares de terras no município de Dourados (Posto Indígena Francisco Horta). Em 1924, criou a terceira reserva de 3.750 hectares para os Kaiowá de Caarapó. Outras cinco reservas são criadas, em 1928, com uma extensão entre 900 e 2000 hectares cada uma. São elas: Takuapiry, Porto Lindo, Sessoró, Pirajuí (todas com 2.000 ha) e Limão Verde (com 960 ha).

A ação do SPI e do governo do Estado, ao criar as oito reservas, somando um total de 18.124ha, para usufruto dos índios Kaiowá e Guarani, sinaliza para um radical processo de confinamento compulsório dessa população. Lima⁷ lembra bem que as reservas indígenas, enquanto “*porções de terra reconhecidas pela administração pública*”, representavam talvez “*o melhor produto da dinâmica tutelar*”. Ao demarcar essas pequenas porções de terra, o governo liberava o restante da terra para a colonização. Ou seja, criava “*espaços livres para a empresa privada*”.⁸ O deslocamento para dentro das reservas, localizadas ao redor dos postos estabelecidos pelo SPI, era a fórmula mágica para criar os espaços vazios numa região densamente ocupada por aldeias Kaiowá e Guarani. E foi esse processo de transferência arbitrária para as reservas demarcadas que caracterizou o confinamento dos Kaiowá e Guarani. Cabe destacar que em nenhum momento tem-se em

conta, nesse processo, a sua concepção de território e formas de se relacionar e explorar os recursos naturais aí localizados.

Além da grande importância dos recursos naturais para os Kaiowá e Guarani, o território é o espaço que torna possível as relações “*sociais e simbólicas*”, onde se vivencia a inter-relação entre os homens, a natureza e a sobrenatureza, o que leva Ramos⁹, a afirmar que “*para as sociedades indígenas a terra é muito mais que simples meio de subsistência*”. Não são apenas recursos naturais, mas tão importante quanto estes, a terra é um “*recurso sociocultural*”. Por isso, a perda territorial e conseqüente confinamento, atinge diretamente a sua organização social e autonomia.¹⁰

Acentuam os informantes indígenas que o “*Kaiowá antigo*” queria viver independente, viver trabalhando “*assim na hora que ele quer*”. E hoje não tem mais mato “*para fazer a rocinha dele e ele tem que defender com trator*”. Situam na mesma linha a inviabilização do *puchirão*¹¹ para roçar e plantar e que agora, com o colônião, braquiaria e sapé, “*tem que tê trator*”.¹² Esse processo de confinamento provocou a rápida passagem de alternativas variadas de subsistência - agricultura, caça, pesca e coleta, para uma única alternativa, a agricultura apoiada em poucas variedades de cultivares e, mais recentemente, a alternativa do assalariamento em usinas de álcool. Dificultou a itinerância que marca a sua relação com o espaço, o que gera, junto com a superpopulação, crescentes dificuldades para a sua organização social.

Sua agricultura tradicional apoiava-se, basicamente, na rotatividade no cultivo de determinada área após três a quatro anos consecutivos. Por isso, apesar da tecnologia rústica e do largo uso do fogo, evitava a degradação do solo e dispensava trabalhos sistemáticos de combate às pragas. O abandono de determinada área de cultivo permitia a recuperação rápida da mata e possibilitava a formação de áreas privilegiadas para a coleta e a caça. Mas, o deslocamento para um outro espaço não ocorria apenas como exigência de sua prática agrícola, mas, também, em casos de mal-estar social, desentendimentos, doenças e, acima de tudo, acusações de feitiço.

Há grande unanimidade entre os informantes em torno dos problemas provocados pela destruição das matas que cobriam grande parte de seu território:

[...] queimou, aí jogou aquele braquiário e colônia aí, conforme o fogo vinha queimando a reserva o colônia vinha pegando[...], o passarinho comia aquela frutinha de braquiária e colônia, aí distribuía mais. Hoje você vê essa reserva tá cheio de braquiária. Não tem mato, mas tá cheio de braquiária[.] começa a destruir o mato, começa a derrubar, só aproveita um ano, no outro ano não aproveita mais.¹³

O comprometimento dos recursos naturais no interior das terras indígenas, é explicitado pelos Kaiowá e Guarani, a partir do momento em que reduz a produção nas roças, além de constarem que sua tecnologia tradicional não funciona mais. Dizia Avelino Ramirez, de Caarapó: *“antigamente tem roça, por causa [que] tem roça, tem plantação, tem batata, tem arroz, tem amendoim, tem tudo. [...], por causa, não tem sapé, não tem braquiaria, não tem colônia, só mato, pode roçar, roçar...”¹⁴*

É ilustrativa a descrição que o já falecido Ubaldo Castelan fez da aldeia Kaiowá, antes do surgimento das reservas. Afirma:

Naquele tempo não tem aldeia porque já esse tudo [mostrando para o horizonte] não tem dono[...] então foi, achou um lugar, lugar bom[...] onde tem muito peixe, rio pra pescar[...] sempre andava parente junto[...] cabeçante [líder] é o cacique[...] sempre andava parente junto[...] cabeçante é o cacique¹⁵

Porém, as mudanças provocadas pelo confinamento se refletem, especialmente, na relação dos Kaiowá e Guarani com o sobrenatural. Diziam Hamilton Benitez e Rafael Britez, da terra indígena Ywykuarusu/Takuarusu, que:

Ninguém mais hoje está aprendendo a reza. Os rezadores estão ficando velhos e ele cai [...], vai acabando até terminar tudo”. Nossa produção não saiu mais bem agora [...], a planta, o milho branco não saiu mais do jeito que saía, não saiu arroz, não saiu mais bem, o feijão também não, batata também não, mandioca também não, porque a produção não foi mais batizada [...], porque antigo não faltava nada, batizava cada ano, então a produção saía bem¹⁶.

E, *“sem nossas festas, nossa religião, nossas chichas, nós somos bichos”¹⁷*. O confinamento imposto aos Kaiowá e Guarani vem gerando um desequilíbrio nas relações entre o mundo dos homens e da natureza, desequilíbrio esse atribuído pelos índios não tanto aos problemas decorrentes da excessiva exploração dos recursos naturais, mas a dificuldade na relação com o sobrenatural. Se as colheitas não geram mais a produção

esperada, sob a ótica de muitos Kaiowá e Guarani, é resultado, não tanto do desgaste da terra, mas das mudanças ocorridas no que se refere, especialmente, a suas práticas religiosas.

Por isso, a relação com os animais e as plantas, bem como a recuperação, hoje, dos mesmos recursos naturais, está diretamente associada à prática da cultura. A relação harmônica com a natureza exige uma relação igualmente harmônica com os deuses. Segundo Benítez:

Tem casa grande, aí tem chicha, aí tem, tá rezando, tudo ficou bem, o filho não tem nenhuma, pra brigar, mãe deixa assim de lado, pronto. Amanheceu, comeu, aí no girau tem queixada assada, tatu, quati, aí ele amanheceu, tá rezando gente. Aí comeram tudo carne, ficou bem, aí mais tarde já tá rezando outra vez, não tem mais pra brigar.¹⁸

A quebra dessa relação com a natureza indica, também, uma quebra na relação com os homens e os deuses.

A partir da década de 1980, os Kaiowá e Guarani, apoiados na legislação em vigor, principalmente a partir da Constituição de 1988, e com o apoio do Conselho Indigenista Missionário, antropólogos e outros setores da sociedade civil, iniciam um amplo processo de recuperação de terras perdidas. Nesse período, os Kaiowá e Guarani recuperaram 11 terras, perfazendo um total de 21.211 ha, hoje já devidamente demarcadas e de posse dos índios¹⁹, sendo que outras seguem em processo de identificação. Nessas terras, os índios, em alguns casos, já ocupam pequenas parcelas da terra pretendida, porém com problemas de legalização e em situações de conflito.

Cabe, no entanto, destacar que essas terras reconquistadas, além de serem ainda insuficientes, encontram-se com os recursos naturais comprometidos, não oferecendo condições de sustentabilidade, sob a ótica dos Kaiowá e Guarani. Torna-se, por isso prática comum, arrendar as mesmas terras após a sua retomada²⁰. Por isso, a retomada de parcelas do território perdidas no decorrer do processo histórico não tem resultado, efetivamente, em melhores condições de vida, embora esse processo já tenha permitido ampliar as possibilidades de itinerância, relevantes para uma melhor bem estar dos Kaiowá

e Guarani, em especial, para a superação de conflitos sociais, permitindo melhor “reprodução de suas formas tradicionais de organização social”²¹.

Impõem-se, portanto, investir na reposição dos recursos naturais destruídos. Porém, essa reposição, sob a ótica indígena, só será possível e terá o impacto esperado no mundo dos homens ou, no mundo da cultura, se estes projetos tiverem em conta, em todos os passos de sua implementação, a íntima interdependência entre a natureza, os homens e os deuses. Frente à crescente destruição das matas, Hamilton Benitez, dizia que:

O rezador não está tão preocupado com o fim do mato, mas em seguir com o `nosso sistema` para não morrer. O mato cresce de novo dependendo da reza que faz para a terra produzir. O branco põe tudo adubo para poder plantar e o índio tem só a reza. Isso porque a planta não é nosso mas é do dono lá de cima (yvyrá angá).²²

Por isso, a recuperação dos mesmos recursos naturais, para muitos segue diretamente associada à prática da cultura.

No entanto, embora segundo a lógica explicativa de muitos, a recuperação do *mato* ainda dependa da retomada de suas práticas religiosas, os Kaiowá e Guarani, como observadores atentos dos fenômenos da natureza, constataram que nas árvores replantadas ao redor de suas casas e ao longo dos córregos, os animais estavam começando a se juntar novamente: “*ali tem o marimbondo, ali desce o passarinho, ali o João-de-barro faz sua casa então, está ajuntando animais*”. Perceberam que o replantio dessas espécies, no bojo de um projeto de recuperação ambiental²³, é, também, bem aceito pelos “*donos da mata*” e pelos “*donos dos animais*”.

E apoiados no conhecimento resultante da constante observação desses fenômenos, Ivaldo, kaiowá, entende que se fizer um reflorestamento de um “*pequeno mato*”, ali “*já tem queixada, já tem tucano, já tem um monte de animais então volta e pode voltar aquele, o dono do mato pode voltar ali de novo*”. E sua conclusão está apoiada no conhecimento acumulado, que lhe permite concluir que:

É a mesma coisa a gente dizer, ver uma coisa assim que você fica alegre, uma coisa que estava errado, você vê que consertou, você fica todo satisfeito porque voltou aquele negócio no lugar certo. Então o dono do mato vai ser a mesma coisa, ele vai ficar alegre porque está reflorestando, o pedaço que foi perdido, tá crescendo.²⁴

Sendo que a “*boa terra*” é aquela que proporciona as condições necessárias à sua reprodução social, o dilema dos Kaiowá e Guarani confinados nas reservas, hoje, talvez não decorra tanto das dificuldades de ordem econômica, mas por não oferecer as condições desejadas e buscadas para a viabilização de sua organização social. Decorre dessa afirmação que o confinamento não pode ser reduzido ao dado, certamente preocupante, da reduzida extensão das áreas hoje de posse dos índios e, tão pouco, as perspectivas de superação dos problemas vivenciados por eles centradas na simples ampliação em hectares destes espaços. Da mesma forma, as propostas de reposição dos recursos naturais no interior das mesmas áreas de posse indígena não podem restringir-se a questões técnicas e orientações assentadas em nossos conhecimentos e lógicas ocidentais. Faltaria, sempre, a dimensão constitutiva mais relevante do problema, que é sua dimensão cosmológica, segundo a qual, a natureza (e as árvores a serem replantadas) adquire seu significado exatamente, enquanto integrante das demais dimensões da realidade, ou seja, o mundo dos homens e o mundo dos deuses.

Por isso, a reposição dos recursos naturais nas áreas ocupadas pelos Kaiowá e Guarani, com ênfase especial na biodiversidade, poderá representar fator relevante e contribuir para o seu bem estar e autonomia necessária para a sua organização social. Porém, a reposição concreta desses recursos, através de projetos de recuperação ambiental, sob a ótica indígena, só será possível e terá o impacto esperado, se estes projetos tiverem em conta, em todos os passos de sua implementação, a íntima interdependência entre a natureza, os homens e os deuses, ou seja, que a natureza, o mundo dos homens e dos deuses formam um todo. Permanece, portanto, como desafio fundamental a ser superado em iniciativas de desenvolvimento em comunidades indígenas, especialmente em projetos de reposição de recursos naturais, a compreensão e a articulação de modos de pensar e de se relacionar com a natureza distintos. Para isso, impõe-se a busca conjunta, através de um diálogo permanente, tendo presente, sempre, que a palavra decisiva nesse processo cabe aos próprios indígenas.

¹ Doutor em História, Coordenador do Programa Kaiowá/Guarani e professor da UCDB.

² Mestranda em Desenvolvimento Local/UCDB e pesquisadora do Centro de Documentação do Programa Kaiowá/Guarani.

³ Mestranda em Desenvolvimento Local/UCDB e pesquisadora do Centro de Documentação do Programa Kaiowá/Guarani.

⁴ ARRUDA, Rinaldo S.V. e DIEGUES, Antônio Carlos (org). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; S. Paulo: USP, 2001 p.32.

⁵ DESCOLA, Philippe. *La selva culta*. Simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar. trad. de Juan Carrera Colin y Xavier Catta Quelen, Quito: Abya-Yala, 1988; p. 132

⁶ O termo *ñanderu* designava as chefias de família extensa. Cabia-lhes atribuições nas esferas política e religiosa. Atualmente, essa expressão inclui todas aquelas pessoas iniciadas nas práticas rituais e dirigentes de grupos de *reza*. Estas podem, ainda, ser denominadas, genericamente, de *caciques* ou *rezadores*, sendo estes os termos mais recorrentes nas falas dos indígenas.

⁷ LIMA, Antônio C. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 1992; p. 40 (Tese de Doutorado em Antropologia Social).

⁸ Ibidem p.125

⁹ RAMOS, Alcida. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Ática, 1986; p. 30

¹⁰ O conceito de autonomia deve ser entendido no contexto da Constituição de 1.988, na qual encontram-se uma série de dispositivos relacionados ao reconhecimento dessa autonomia. Destacam-se, entre estes, o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e direitos originários sobre as terras que tradicionalmente são ocupados pelos povos indígenas. Evidentemente que cada povo indígena interpretará e atribuirá dimensões específicas ao termo em epígrafe, em função de sua cultura e de sua experiência histórica.

¹¹ Puxirô, puxirú, potirô ou puxirão, palavra de origem tupi-guarani para denominar o trabalho coletivo entre os índios. Segundo Schaden (1974: 50-51), o puxirão “*deve ser interpretado como expressão de solidariedade de um grupo de vizinhança ou grupo local. Quanto menor este grupo e maior a sua coesão, mais fácil é realizar o puxirão*”. Schaden e Melià destacam o estreito vínculo, para os Kaiowá, entre o *puxirão* e a *chicha*, ou seja, a festa.

¹² BRAND, Antonio J. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese de doutorado, História da PUC/RS, 1997.

¹³ Oficina realizada em Caarapó, em 9 de novembro de 2000.

¹⁴ Op Cit. p.205.

¹⁵ Op. Cit. p. 125

¹⁶ Op. Cit. p. 246

¹⁷ Capitão Cecílio de Takuapiry. In: *Relatório da Diocese de Dourados*, 1977, p. 3.

¹⁸ BRAND, Antonio. *Biodiversidade, Sócio-diversidade e desenvolvimento: os Kaiowá e Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul*. In COSTA, Rinaldo Brito; (Org). *Fragmentação Florestal e alternativas de desenvolvimento rural na Região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003.

¹⁹ São elas Yvykuarusu-Paraguasu, Rancho Jakare, Guaimbe, Pirakua, Jaguapire, Sete Cerros, Jarara, Guasuty, Jaguary, Cerrito e Panambizinho, E, de outra parte, outras áreas seguem em processo de identificação, sendo que os índios, em alguns casos, ocupam pequenas parcelas da terra pretendida. São elas: Sukuri'y, Potrero Guasu, Cerro Marangatu, Lima Campo, Kokue'i, Takuara, Arroio Kora, Ypytã, Yvy Katu e Panambi.

²⁰ Nesse contexto, adquirem significado especial as cada vez mais insistentes argumentações por parte dos índios de que, ao invés do Governo indenizar os que se apossaram de suas terras, estes é que deveriam pagar-lhes indenização pelos recursos naturais destruídos, remédios perdidos e até pelas lideranças indígenas assassinadas no decorrer do processo de recuperação dessas terras.

²¹ GALLOIS, Dominique Tilkin. *Sociedades Indígenas e desenvolvimento: discurso e práticas, para pensar a tolerância*. In: FICHMANN, Roseli; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi; VIDAL, Lux (Orgs). *Povos Indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Edusp, 2001; p. 184

²² Hamilton Benitez é da aldeia de Paraguasu, município de Paranhos, MS, sendo o depoimento gravado em 5 de agosto de 1995.

²³ A Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, através do Programa Kaiowá/Guarani, um projeto interdisciplinar e interinstitucional de pesquisa e extensão, vem desenvolvendo, há quatro anos, na área indígena de Caarapó, diversas iniciativas voltadas para a reposição dos recursos naturais. Destaca-se, entre essas iniciativas, a implementação, em parceria com as escolas da comunidade, de um viveiro de mudas, construção de diversas represas de contenção da erosão e de criação de peixes, controle do fogo e a recuperação de matas ciliares.

²⁴ Depoimento gravado durante oficina realizada em Caarapó, dia 9 de novembro de 2000.